

1ª Declaração Comum de Associações de Professores de Educação Artística em Portugal

17 de Junho de 2012

As Associações de Professores da área da Educação Artística, signatárias deste documento, lamentam que os pareceres apresentados durante a discussão pública da Revisão da Estrutura Curricular não tenham sido levados em linha de conta e declaram o seu desacordo face às alterações curriculares que o Ministério da Educação e Ciência quer implementar. Assim, prioritariamente, demonstram a sua preocupação perante a perda de espaços curriculares na área da Educação Artística – os quais já eram muito limitados - e que ficaram, em geral, reduzidos.

A importância da educação artística no ensino é, aliás, reconhecida em vários documentos, nomeadamente no documento publicado pela Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI)¹ em 2008 “Metas educacionais 2021: A educação que queremos para a geração dos bicentenários”, cujo capítulo VII refere a necessidade de um programa de educação artística, cultura e cidadania nos países Ibero Americanos². Lembramos, a propósito, as palavras de António Damásio “*A Ciência e a Matemática são muito importantes, mas a Arte e as Humanidades são imprescindíveis à imaginação e ao pensamento intuitivo que estão por trás do que é novo*”³, e também os pareceres do Conselho Nacional da Educação⁴ que aconselham a adopção de procedimentos já implementados em vários países Europeus sobre a permanência da Educação Estética e Artística no ensino público, consideradas fundamentais para o desenvolvimento do espírito crítico e da criatividade dos nossos alunos. Por sua vez, o Roteiro para a Educação Artística⁵, publicado pela Unesco em 2006, e mais tarde a Agenda de Seul, em 2012, resultante da 2ª Conferência Mundial da UNESCO sobre Educação Artística, alertaram os governos e

1 <http://www.oei.es/metas2021/indicep.htm>

2 Ver também Parecer 5/2010
Parecer sobre Metas Educativas 2021 (OEI) Relatório Nacional-Proposta de Metas para Portugal

3 Conferência Mundial sobre Educação Artística organizada pela UNESCO em Março de 2006, em Lisboa

4 Questões e razões - Roteiro de Educação Artística - Filomena Matos e Helena Ferraz
Parecer 5/2010
Parecer sobre Metas Educativas 2021 (OEI) Relatório Nacional-Proposta de Metas para Portugal UNESCO, 2006.
Parecer 1/1992
Educação Artística nas Áreas da Música, Dança, Teatro, Cinema e Audiovisual
Parecer 3/1998
Educação Estética, Ensino Artístico e sua Relevância na Educação e na Interiorização dos Saberes
Parecer 10/1989
Educação Artística
Recomendações dos participantes na Conferência Mundial sobre Educação Artística

5 [http://www.dgidec.min-
edu.pt/data/dgidec/Revista_Noesis/doc_sumarios/sumario_67/dossier_questoes_razoes67.pdf](http://www.dgidec.min-
edu.pt/data/dgidec/Revista_Noesis/doc_sumarios/sumario_67/dossier_questoes_razoes67.pdf)

as sociedades para a necessidade das artes na educação. Todos estes documentos reconhecem, pois, a Educação Artística como um meio privilegiado para a compreensão e preservação de culturas, que oferece aos jovens oportunidades únicas para compreenderem e desenvolverem as suas identidades pessoais. Além disso, os documentos acentuam a importância que as áreas artísticas assumem para os estudos interdisciplinares, para a tomada de decisões de forma participativa e para a motivação dos jovens e das crianças para uma aprendizagem ativa, criativa e reflexiva.

Estas Associações consideram, assim, que a Educação Artística no currículo não deve ser diminuída, sob qualquer pretexto. A adopção de políticas que fragilizam o lugar da Educação Artística no currículo escolar acabará por comprometer o desenvolvimento do país a todos os níveis, incluindo o económico. Na realidade, a aposta em disciplinas que fomentam a criatividade será, como se sabe, fundamental para alcançar esse desenvolvimento.

Assim, as Associações signatárias consideram que a presença da Educação Artística no currículo não deve ser diminuída, mas sim reforçada, tendo em vista a diversificação da oferta educativa de forma adequada ao desenvolvimento dos nossos alunos e apresentam as seguintes propostas:

1- Relativamente à organização curricular:

- Garantir que a coadjuvação dos professores do 1º ciclo na área de Expressões, proposta nesta Revisão da Estrutura Curricular, seja feita por professores especializados, em todas as áreas artísticas e a todas as crianças. É fundamental assegurar que esta importante parceria com o professor do 1º ciclo não esteja sujeita apenas às horas remanescentes dos professores especializados;
- Garantir, nos 2º e 3º ciclos, uma oferta artística diversificada e significativa, quer através de disciplinas obrigatórias, opcionais ou outros projetos: Artes Visuais; Música; Dança e Teatro Educação;
- Garantir, no 3º ciclo, a manutenção da obrigatoriedade do carácter artístico das disciplinas de oferta de escola;
- Garantir, no 9º ano, a manutenção da possibilidade de opção, por parte dos alunos, das disciplinas artísticas de oferta de escola;
- Garantir a oferta de disciplinas opcionais, no ensino secundário, em: Artes visuais, Música, Dança e Teatro integradas na formação geral dos alunos.

2- Relativamente à formação e especialização dos professores:

- Criação das disciplinas e grupos de recrutamento para as áreas de Teatro Educação e Dança.
- Redefinição do grupo de recrutamento 240 que integra Educação Visual e Educação Tecnológica, disciplinas com conteúdos, métodos e objectivos muito distintos.

17 de Junho de 2012

Associação de Professores de Expressão e Comunicação Visual ([APECV](#))

Associação Portuguesa de Educação Musical ([APEM](#))

Associação de Professores de Teatro Educação ([APROTED](#))